

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO
DIRETORIA DE CONTABILIDADE**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2016**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) é uma autarquia federal, vinculada ao Ministério da Educação, criada pela Lei nº 12.029 de 15 de setembro de 2009, com publicação no Diário Oficial da União de 16 de setembro de 2009, seção 01, página 01. A UFFS, como entidade que presta serviço público, tem como atividades fins o ensino superior, o desenvolvimento da pesquisa e a extensão universitária.

Com uma estrutura multi *campi*, a UFFS está presente nos três estados da região Sul, tendo, respectivamente, 03 (três) campi no estado do Rio Grande do Sul, nas cidades de Erechim, Cerro Largo e Passo Fundo, 02 (dois) campi no estado do Paraná, nas cidades de Realeza e Laranjeiras do Sul, e 01 campus no estado de Santa Catarina, na cidade de Chapecó.

A UFFS tem como sede e foro o município de Chapecó, Estado de Santa Catarina.

2. DIRETRIZES CONTÁBEIS

2.1 Apresentação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em observância à Lei 4.320 de 17 de março de 1964, às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC T SP 16.6) do Conselho Federal de Contabilidade e ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

A Portaria nº 634, de 19 de novembro de 2013, da Secretaria do Tesouro Nacional estabeleceu a adoção obrigatória do novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público e das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público a todos os entes da federação, a partir do exercício de 2015, com vistas à consolidação das contas públicas sob a mesma base conceitual.

As Demonstrações Contábeis seguem os modelos estabelecidos nos anexos da Lei 4.320/64, extraídas do Sistema Integrado de Informações Financeiras do Governo Federal (SIAFI), seguindo os modelos, normas e procedimentos descritos no Manual de Contabilidade Pública Aplicado ao Setor Público e as Normas Brasileiras de Contabilidade.

3. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

3.1 Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial demonstra a situação do patrimônio da UFFS em 31/12/2016 e está estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial:

a) Ativo – compreende as disponibilidades, os direitos e os bens, tangíveis ou intangíveis adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados pela UFFS que sejam portadores ou representem um fluxo de benefícios, presentes ou futuros, inerentes à prestação de serviços de ensino, pesquisa e extensão.

b) Passivo – compreende as obrigações assumidas pela UFFS para implemento da prestação de serviços de ensino, pesquisa e extensão ou obrigações mantidas na condição de fiel depositário, bem como as provisões;

c) Patrimônio Líquido é o valor residual dos ativos da UFFS depois de deduzidos todos seus passivos.

Os grupos de contas estão dispostos em ordem decrescente em grau de liquidez para o ativo e de exigibilidade para o passivo.

3.1.1. Ativo Circulante

Grupo de contas que registra as disponibilidades (caixa e equivalentes de caixa), os estoques e outros créditos de realização a curto prazo, como adiantamento a fornecedores e servidores.

	31/12/2016	31/12/2015	AH	AV – 12/2016
ATIVO CIRCULANTE	17.412.989,59	6.157.422,14	182,80%	5,18%
Caixa e equivalentes de caixa	11.073.913,88	3.971.581,98	178,83%	3,29%
Demais créditos e valores a curto prazo	3.619.632,21	67.304,04	5.278,00%	1,08%
Estoques	2.710.707,20	2.110.022,01	28,47%	0,81%
VPDs pagas antecipadamente	8.736,30	8.514,11	2,61%	0,00%

Na posição de 31/12/2016 o Ativo Circulante representa 5,18% do ativo total da UFFS e mostra variação de 182,80% entre os exercícios 2015 e 2016. Esta variação, predominantemente, ocorre pelas contas contábeis que apresentam saldo em 2016 e ausência de saldo em 2015. Tratam-se das contas contábeis abrangidas pelo subgrupo “demais créditos e valores a curto prazo” e são os adiantamentos de 13º salário, 1/3 de férias e transferências voluntárias (recursos repassados para fundações de apoio para execução de projetos). É necessário informar que os adiantamentos ao pessoal até 2015 tiveram seus saldos zerados ao final do exercício, e a partir de 2016 os saldos permanecem para realização, de acordo com as provisões de 13º salário e programação de férias. Os adiantamentos para as fundações de apoio são realizados pela integração do sistema SICONV, o qual controla os convênios, e serão baixados após a entrega e aprovação das respectivas prestações de contas.

3.1.1.1. Caixa e Equivalente de Caixa

Este subgrupo do ativo apresenta os valores cuja finalidade é atender a compromissos imediatos. É composto, substancialmente, de recursos financeiros transferidos da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do Ministério da Educação, além de recursos não financeiros diretamente arrecadados pela UFFS decorrentes da exploração de bens e serviços (aluguéis, taxas de concursos) e multas administrativas aplicadas em casos de descumprimento de contratos.

Observando-se a variação dos saldos entre os períodos 2015/2016 nota-se aumento de 178,83%. Esta variação explica-se, sobretudo, pelo recebimento de recursos financeiros para a folha de pagamento em 30 de dezembro de 2016 e o respectivo pagamento ocorreu na data de 02 de janeiro de 2017.

3.1.1.2. Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Compõem o presente subgrupo os adiantamentos concedidos ao pessoal (13º. salário e 1/3 de férias) e adiantamentos realizados à fundações de apoio para execução de projetos de pesquisa e créditos a receber por cessão de pessoal.

	31/12/2016	31/12/2015	AH	AV – 12/2016
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CP	3.619.632,21	67.304,04	5.278,03%	1,08%
Adiantamento concedido a pessoal	2.005.720,79	0,00	-	-
Adiantamento de transferências voluntárias	1.600.456,75	0,00	-	-
Créditos a receber por cessão de pessoal	13.454,67	27.418,96	-50,93%	-

Alugueis a receber	0,00	39.885,08	-	-
--------------------	------	-----------	---	---

Observando-se os percentuais da evolução deste subgrupo, entre os exercícios 2015/2016, visualiza-se que o mesmo perfaz 1,08% do total do ativo, mas teve significativa evolução positiva de 5.278,03% entre os períodos. Explica-se esta evolução anormal pelo fato que ao final do exercício 2015 o saldo existente era insignificante, uma vez que os adiantamentos ao pessoal não possuíam saldos e não havia, naquela época, valores repassados na forma de adiantamentos à fundações de apoio.

Os créditos a receber por cessão de pessoal referem-se ao servidor Christy Ganzer Gomes Pato, cedido à Câmara Municipal de São Paulo, conforme Portaria n. 630 do MEC, publicada no DOU em 23 de março de 2015, Seção 2, página 23.

3.1.1.3. Estoques

São todos os bens tangíveis mantidos para uso próprio no curso habitual de desenvolvimento das atividades administrativas, de ensino, pesquisa e extensão.

Os maiores volumes são de material laboratorial (44,71%), material de expediente (13,34%), material químico (9,95%) e material elétrico/eletrônico (9,06%). Do exercício 2015 para o exercício 2016 ocorreu evolução positiva dos estoques de 28,47% em função da dinâmica de aquisições e consumo no decorrer do ano de 2016.

3.1.1.4. VPD's Pagas Antecipadamente

As variações patrimoniais diminutivas pagas antecipadamente são despesas cuja competência é proporcional à validade do contrato ou apólice, mas tiveram seu pagamento efetuado em parcela única. No caso da UFFS os valores existentes nesse subgrupo referem-se à contratação de seguro e DPVAT para os veículos da frota própria.

3.1.2. Ativo Não Circulante

No grupo de contas contábeis denominado Ativo Não Circulante estão registrados todos os bens de permanência duradoura, destinados ao funcionamento normal da Instituição. Integram este grupo o imobilizado (bens móveis e imóveis) e o intangível (softwares).

O Ativo Não Circulante representa 94,82% do ativo total, constituindo-se no mais importante grupo do ativo, considerando-se os valores que nele estão aplicados.

Observando-se a revisão analítica, é possível perceber redução de 26,79% de 2015 para 2016. A explicação para esta redução é a baixa contábil das obras que estavam registradas como “obras em andamento”. A baixa contábil de obras em andamento é realizada em contrapartida à inclusão dessas mesmas obras no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUNET. No caso aqui abordado, o registro destas edificações no SPIUNET ocorreu em 2015 e gerou lançamentos na conta “imóveis de uso educacional”, e como não foi realizada a concomitante baixa das obras em andamento naquele exercício, ocorreu duplicidade de valores no Ativo Não Circulante, situação ora corrigida.

3.1.2.1. Bens Móveis

Os bens móveis têm sua classificação segregada em: a) máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas; b) bens de informática; c) móveis e utensílios; d) material cultural, educacional e de comunicação; e) veículos; f) semoventes; g) demais bens móveis.

Pela análise da revisão analítica do balancete visualiza-se que os bens móveis constituem 24,13% do ativo total e a evolução mostrou-se estável (4,13%),

Até o exercício de 2016 não havia sido registrada no SIAFI a depreciação do material bibliográfico, por dificuldades operacionais do sistema que controla este material. Após os ajustes necessários, realizou-se o lançamento da depreciação do material bibliográfico referente aos exercícios 2010 a 2016, sendo que a depreciação dos anos 2010 a 2015 teve como contrapartida o ajuste em resultados de exercícios anteriores.

Cabe informar que há bens móveis não contabilizados, mas que estão em uso. Tratam-se de materiais permanentes recebidos por doação da Universidade Federal de Santa Catarina, porém resta pendente a formalização da dita doação. Os referidos bens estão nos controles patrimoniais da Superintendência de Gestão Patrimonial como “materiais de propriedade de terceiros”, na quantidade de 4.419 itens. Também há, na condição de doado, mas sem formalização, material bibliográfico no valor de R\$ 504.985,76, o qual está sob a guarda das bibliotecas e registrado para fins de controle no sistema PERGAMUM.

A solicitação de providências para a formalização das doações foi enviada à Superintendência de Gestão Patrimonial – SUGEP, pelo Memorando 006/DCONT/UFFS/2016. Em resposta a SUGEP informou por intermédio do Memorando 24/SUGEP/UFFS/2016 que “(...) foram e estão sendo envidados esforços contínuos por parte da equipe diretiva da UFFS visando a regularização de tais pendências (...)”.

3.1.2.2. Bens imóveis

Os bens imóveis estão classificados em: a) bens de uso especial; b) bens imóveis em andamento; c) instalações d) benfeitorias em propriedades de terceiros.

Os bens imóveis compõem 78,10% do ativo total da UFFS. O comparativo entre os exercícios 2015/2016 mostra decréscimo de 29,66%, resultado da baixa contábil de obras em andamento. Tais obras foram incluídas no SPIUNET em 2015, fato que gerou lançamentos na conta “imóveis de uso educacional”, como contrapartida e para que não haja duplicidade de valores, as obras na fase de “em andamento” são contabilmente baixadas. Contudo, a baixa das obras em andamento, registradas em 2015 no SPIUNET na condição de concluídas, foi realizada no exercício de 2016. Ante o exposto, o decréscimo de 29,66% é de fato correção de posição patrimonial.

Outro fato que merece ser mencionado diz respeito às divergências constatadas entre os sistemas SPIUNET e SIAFI, especificamente na conta “terrenos/glebas”.

Cabe destacar que os registros dos bens imóveis são realizados exclusivamente pelo Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUNET e a integração dos sistemas gera automaticamente os lançamentos contábeis no SIAFI.

Isto posto, relatamos as divergências observadas:

a) Terrenos recebidos por cessão estão contabilizados como se fossem de propriedade da UFFS. São eles: matrícula 7659000365005 em Laranjeiras do Sul, recebido por cessão de uso do INCRA, valor R\$ 618.323,94; matrícula 8785000485001 em Passo Fundo, recebido do 16º Esquadrão de Cavalaria Mecanizada, R\$ 1.661.146,50; matrícula 8785000505002 em Passo Fundo, recebido do 16º Esquadrão de Cavalaria Mecanizada, R\$ 2.616.147,00.

b) Terrenos de propriedade da UFFS não estão contabilizados:

Matrícula 7659000325003 Laranjeiras do Sul R\$ 3.926.620,66

Matrícula 7805000055000 Realeza R\$ 4.615.826,68

Matrícula 8601000095001 Cerro Largo R\$ 3.800.404,42

Matrícula 8637000315002 Erechim R\$ 6.993.057,60

Matrícula 8081000405000 Chapecó R\$ 30.991.587,04

Em resumo, são R\$ 4.895.617,44 em terrenos recebidos como “cedidos”, mas contabilizados como se fossem de propriedade da UFFS. Por outro lado, terrenos de propriedade da UFFS no valor de R\$ 50.327.496,40 não estão contabilizados.

Ressalta-se que a operacionalização do sistema SPIUNET está sob a responsabilidade da Superintendência de Gestão Patrimonial da UFFS – SUGEP, para a qual foram solicitadas providências por intermédio dos Memorandos 005/DCONT/UFFS/2016 e 006/DCONT/UFFS/2016. Em resposta a SUGEP informa no Memorando 24/SUGEP/UFFS/2016 que “(...) foram e estão sendo envidados esforços contínuos por parte da equipe diretiva da UFFS visando a regularização de tais pendências (...)”.

3.1.2.3. Intangível

Neste subgrupo encontram-se os bens de propriedade imaterial que possuem valor econômico, mas são desprovidos de substância física. A UFFS possui softwares, os quais são a integralidade do seu intangível.

Os softwares representam 1,48% do ativo e houve crescimento nas aquisições em 2016 de 13,84%

A partir de janeiro de 2016 os softwares foram segregados em softwares de vida útil determinada e softwares de vida útil indeterminada.

3.2. Passivo

3.2.1. Passivo Circulante

No passivo circulante são escrituradas as obrigações de curto prazo da UFFS. São as obrigações que normalmente são pagas dentro de um ano: dívidas com fornecedores de mercadorias e serviços, impostos retidos na fonte a recolher, obrigações trabalhistas (salários, férias, 13 salário), etc.

Verifica-se evolução do Passivo Circulante entre os períodos ora analisados de 11,83% e representa 2,87% do Passivo e Patrimônio Líquido. Observa-se que o subgrupo Pessoal a Pagar teve acréscimo de 67,71% e o subgrupo Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo teve redução de 94,30%.

3.2.1.1. Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais

Pertencem a este subgrupo as obrigações com salários a pagar, décimo terceiro salário a pagar, férias a pagar, contribuições a entidades de previdência complementar, dentre outras. Este subgrupo compõem 67,71% do total do Passivo Circulante e teve 22.151,87% de variação positiva entre as datas 31/12/2015 a 31/12/2016. Explica-se esta variação anormal pelo fato do pagamento das obrigações relativas ao pessoal ao final de 2015 ter sido efetuado ainda no mês de dezembro daquele ano, enquanto que ao fim de 2016 as obrigações com o pessoal ficaram para pagamento em janeiro de 2017. Em virtude desta mudança na data de pagamento (folha dez/2015 paga em 2015 e folha dez/2016 paga em 2017) o percentual de evolução positiva obtido pela diferença de saldo entre os dois períodos mostra-se tão avantajado.

3.2.1.2. Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Obrigações com fornecedores de materiais e prestadores de serviços a curto prazo.

Em 31/12/2016 constituía 4,92% do Passivo Circulante e teve redução de 94,30% de 2015 para 2016. A explicação para a variação negativa expressiva é a de que ao final de 2015 o repasse de recursos para o pagamento dos compromissos com os fornecedores ainda não havia sido efetuado, enquanto que ao final de 2016 a maior parte das obrigações teve os respectivos recursos disponibilizados e o pagamento realizado. O saldo de Fornecedores e Contas a Pagar em 31/12/2016 refere-se a apenas 3 fornecedores. 92,70% são valores devidos à Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária – FAPEU, referentes a despesas com apoio a projetos executados com orçamento descentralizado e aguardando o repasse de recursos para o pagamento dos compromissos.

3.2.1.3. Demais Obrigações a Curto Prazo

Envolve as obrigações oriundas de retenções de valores da folha de pagamento, tais como retenções para a seguridade social (PSS e INSS), pensão alimentícia, plano de previdência privada, empréstimos consignados, restituições de valores e bolsas de estudos devidas aos médicos residentes.

Representam 8,40% do passivo total e houve evolução positiva de 550,48% entre 31/12/2015 e 31/12/2016. A variação significativa explica-se pelo pagamento, em janeiro de 2017, das obrigações com a folha de pagamento de dezembro/2016, enquanto as

obrigações da folha de pagamento referente dezembro/2015 foram pagas ainda no próprio mês de dezembro de 2015. Dentro deste subgrupo destaca-se a variação percentual do título “Valores Restituíveis” em 1.179,09%. Tal variação também deve-se ao pagamento da folha de dezembro/2016 em janeiro de 2017, e por sua vez, a folha de dezembro/2015 foi paga dentro do próprio mês de competência.

3.2.2. Patrimônio Líquido

Compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos.

O resultado do exercício 2016 foi de R\$ 20.697.710,26 e 155.938.548,33 em 2015. Ressalta-se neste ponto que o resultado obtido no exercício de 2015 foi impactado sobremaneira pelo registro dos bens imóveis (obras finalizadas) no SPIUNET e integrados ao SIAFI, sem a respectiva baixa na conta Obras em Andamento, conforme já explicado no item 3.1.2.2. Também foram objetos de ajustes, a apropriação da depreciação de livros referente competências anteriores a 2016, conforme relatado no terceiro parágrafo do item 3.1.2.1. acima, além da amortização de softwares de vida útil determinada, cuja competência refere-se a exercícios anteriores a 2016. As regularizações foram realizadas conta contábil “Ajustes de Exercícios Anteriores”, conforme pode ser verificado com maiores detalhes na tabela 1 do item a seguir apresentado.

3.2.2.1 Ajustes de Exercícios Anteriores

Trata-se de retificação de omissões e incorreções de registros contábeis imputáveis a exercícios anteriores a 2016.

Destaca-se este item pela relevância que o reveste, tanto pelas regularizações efetuadas, como pelo expressivo valor ajustado. A tabela abaixo detalha os ajustes realizados em 2016:

Valor	Descrição
(26.617,44)	Apropriação da depreciação bens móveis referente SET/2013 a DEZ/2015
(23.200,00)	Estorno registro doação de mat perman por duplicidade de lançamento
756,00	Reincorporação de bens móveis
(442,56)	Reincorporação depreciação acumulada de bens móveis reincorporados
(5.000,00)	Baixa de bem permanente/instalações VPD pertencente a exerc anterior
15.713,17	Incorporação de bens móveis referente exercícios anteriores
(6.122,50)	Baixa de carta cartográfica, referente exercícios anteriores
(212.749,60)	Apropriação de amortização sobre softwares referente a exercícios anter

(7.035.263,68)	Baixa obra em andamento Bloco A Cerro Largo
(7.451.685,85)	Baixa obra em andamento Laboratórios Cerro Largo
(4.797.518,88)	Baixa obra em andamento Restaurante Universitário Cerro Largo
(119.485,96)	Baixa obra em andamento Galpão Agrícola Cerro Largo
(7.109.682,91)	Baixa obra em andamento Bloco A Erechim
(7.876.271,69)	Baixa obra em andamento Laboratórios Erechim
(4.078.600,87)	Baixa obra em andamento Bloco Sala dos Professores Erechim
(5.146.877,93)	Baixa obra em andamento Restaurante Universitário Erechim
(240.711,02)	Baixa obra em andamento Galpão Agrícola Erechim
(6.617.139,42)	Baixa obra em andamento Bloco A Laranjeiras do Sul
(9.869.225,06)	Baixa obra em andamento Laboratórios Laranjeiras do Sul
(4.669.670,33)	Baixa obra em andamento Bloco Sala dos Professores Laranjeiras do Sul
(256.154,55)	Baixa obra em andamento Galpão Agrícola Laranjeiras do Sul
(5.984.662,03)	Baixa obra em andamento Bloco A Realeza
(8.089.492,91)	Baixa obra em andamento Laboratórios Realeza
(4.119.080,96)	Baixa obra em andamento Bloco Sala dos Professores Realeza
(4.194.103,40)	Baixa obra em andamento Restaurante Realeza
(256.804,51)	Baixa obra em andamento Galpão Agrícola Realeza
(6.914.085,03)	Baixa obra em andamento Bloco A Chapecó
(6.878.928,65)	Baixa obra em andamento Bloco B Chapecó
(11.318.216,03)	Baixa obra em andamento Laboratórios Chapecó
(6.919.604,63)	Baixa obra em andamento Bloco Sala dos Professores Chapecó
(5.080.037,48)	Baixa obra em andamento Restaurante Universitário Chapecó
(254.476,51)	Baixa obra em andamento Galpão Agrícola Chapecó
(1.541.317,62)	Apropriação depreciação do material bibliográfico exercícios anteriores
(127.076.760,84)	TOTAL

Tabela 1 – Ajustes de Exercícios Anteriores

3.3. Variação Patrimonial Aumentativa

Abrange o aumento no benefício econômico durante o exercício contábil, sob a forma de entrada de recursos, aumento de ativos ou diminuição de passivos que resulte em aumento do patrimônio líquido.

3.3.1. Valor Bruto da Exploração de Bens, Direitos e Serviços

Neste item estão registrados os recebimentos de alugueis e taxas de inscrições em concursos públicos.

Este subgrupo tem representatividade de 0,20% do total das VPA's e mostra evolução de 19,92% de 2015 para 2016, principalmente em função da arrecadação de taxas com concursos públicos, as quais correspondem a 85,09% deste subgrupo.

3.3.2. Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras

Compreende os juros recebidos por atraso de recolhimento de taxas de aluguel.

O valor recebido no exercício de 2016 é irrelevante, porém cabe uma observação pela expressiva evolução de um exercício para outro de 620,30%, resultante entre a diferença de R\$ 17,19 recebidos em 2015 e R\$ 123,82 recebidos em 2016.

3.3.3. Transferências e Delegações Recebidas

Encontram-se nesse grupo os valores recebidos do Ministério da Educação, decorrentes de transferências financeiras recebidas para pagamento de obrigações referentes a execução do orçamento anual e pagamento de restos a pagar. Também estão registrados neste grupo as transferências financeiras de outros órgãos federais, referentes a descentralizações (na maioria) destes para a UFFS executar projetos de interesse mútuo. Ainda estão registradas neste grupo as doações recebidas.

Procedendo-se a revisão analítica, observa-se que este grupo de VPA representa 99,34% das variações patrimoniais aumentativas da UFFS, e a variação entre os exercícios 2015 e 2016 mostra tendência estável, com 3,72% de variação positiva.

Considerando que neste grupo de VPA's incluem-se as doações recebidas, cabe observação no seguinte: em setembro de 2016 o 16º Esquadrão de Cavalaria Mecanizada de Passo Fundo transferiu por cessão para a UFFS 2 (dois) terrenos. Por questões de configuração do sistema SPIUNET o registro realizado no SIAFI foi idêntico à doação, fato que gerou VPA de R\$ 4.277.293,50 equivocadamente.

3.3.4. Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos.

Registra-se neste grupo os estornos de baixa de recursos diferidos e a contrapartida da incorporação de novos ativos.

Pela análise, observa-se que estas VPA's equivalem a 0,05% do total e que tiveram variação negativa de 2015 para 2016 de 99,92%. Em 2015 ocorreu incorporação, ao

patrimônio da Universidade, de obras que estavam em andamento, enquanto que em 2016 não ocorreram incorporações de bens imóveis desta natureza.

3.3.5. Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

Incluem-se neste grupo as VPA's relativas a multas administrativas recebidas por descumprimento de contratos bem como restituições de valores referente a despesas de exercícios anteriores.

Entre os exercícios 2015 e 2016 apresentam redução de 22,19% provocada pela redução de recebimentos referentes a multas administrativas e menor volume de restituições de despesas pertencentes a exercícios anteriores.

3.4. Variações Patrimoniais Diminutivas

São valores que provocam decréscimo no benefício econômico durante o período contábil sob a forma de saída de recursos, redução de ativos ou incorporação de passivos que resulte em decréscimo do patrimônio líquido.

Sãos as despesas com pessoal e encargos, benefícios previdenciários e assistenciais, o uso de bens e serviços, consumo de capital fixo, despesas financeiras, transferências concedidas, desvalorizações e perdas de ativos, despesas tributárias, entre outras.

De acordo com o observado na revisão analítica, a evolução das Variações Patrimoniais Diminutivas indica estabilidade, vez que o crescimento global das VPD's em 2016 foi de apenas 0,61%.

3.4.1. Pessoal e Encargos

Compreende as despesas com o pessoal ativo: salários e vencimentos, férias, décimo terceiro salário, obrigações trabalhistas de responsabilidade do empregador, incidentes sobre a folha de pagamento, contribuições a entidades fechadas de previdência, entre outros.

Verifica-se pela análise da revisão analítica que o aumento das despesas com pessoal e encargos do exercício 2015 para o exercício 2016 foi de 13,58%, em parte motivado pelo reajuste salarial de 5% concedido aos servidores em agosto de 2016, reajuste em função de progressões por mérito e capacitação, bem como novas convocações de servidores. A

proporção das despesas com pessoal e encargos em relação ao total das despesas é de 66,60%

3.4.2. Benefícios Previdenciários e Assistenciais

São as despesas com aposentadorias, pensões e outros benefícios previdenciários de caráter contributivo do regime próprio de previdência social – RPPS e do regime geral da previdência social – RGPS, bem como ações de assistência social.

Ao todo, este grupo representa 0,06% das VPD's, mas sob análise, verifica-se crescimento de 55,39%, motivado sobretudo por crescimento de despesas com aposentadoria (198,68%), pensões (37,06%) e outros benefícios previdenciários (33,63%)

3.4.3. Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

Contém o somatório das variações patrimoniais diminutivas com a manutenção e operação da máquina pública (autarquia UFFS), exceto despesas com pessoal e encargos. São despesas com diárias, material de consumo, passagens e despesas com locomoção, serviços de terceiros (pessoas físicas e pessoas jurídicas), aluguel, depreciação, amortização, entre outras.

A evolução deste grupo de despesas, entre 2015 e 2016, mostrou-se bastante discreta, tendo um crescimento de apenas 0,24%. Já o percentual na composição no total de VPD's é de 15,78%. As despesas com maior representatividade deste grupo são os serviços de terceiros (73,83%), seguidas da depreciação e amortização (20,95%).

3.4.4. Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras

Estão classificadas neste grupo as despesas com juros e encargos a título de penalidades em virtude de atrasos no pagamento de credores e obrigações tributárias devidas.

O valor registrado neste grupo é absolutamente irrelevante em relação ao conjunto das VPD's, mas quando se verifica a revisão analítica deste item, vislumbra-se variação de 2015 para 2016 de 1.062,46%, resultado do pagamento de juros e encargos de R\$ 219,96 em 2015 e R\$ 2.556,94 em 2016.

3.4.5. Transferências e Delegações Concedidas

Compreende o somatório das VPD's com transferências intragovernamentais, transferências a convênios e execuções orçamentárias delegadas.

Incluem transferências de valores para pagamento de restos a pagar e transferência de valores para outra unidade gestora para execução de convênios, contratos e congêneres, e no caso da UFFS, o principal montante refere-se a arrecadação de valores referentes a ressarcimento de despesas realizadas em exercícios anteriores e repassadas à Secretaria do Tesouro Nacional.

A variação apresentada na revisão analítica mostra evolução de 208,89%. A maior parte desse aumento deve-se a devolução de valores referentes a despesas de exercícios anteriores a 2016 da empresa Softplan e devolução de valores referente a despesas com execução de projetos em exercícios anteriores a 2016, realizados pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária – FAPEU.

3.4.6. Desvalorização e Perda de Ativos

Trata-se da variação patrimonial diminutiva com a desvalorização e perdas de ativos, nos casos de reavaliação, redução a valor recuperável e desincorporação de ativos.

Houve substancial variação negativa entre os períodos ora analisados, com percentual de 92,55%. Os principais fatos que ocasionaram a redução foram os lançamentos em 2015, os quais não ocorreram ou ocorreram com valores bastante menores em 2016: em 2015, reclassificação no sistema SPIUNET do imóvel de Matrícula 8081000415006 de “terrenos/glebas” para “imóveis de uso educacional”, o que gerou VPD de R\$ 17.544.218,23; em 2015 a CCONT/STN realizou lançamentos na ordem de R\$ 5.437.504,72 para a UG/Gestão 158517/26440 (UFFS) referentes a baixa de recursos a receber por transferência – TED, em função da mudança de critérios contábeis após a implantação do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP. Em 2016 ocorreram baixas de bens permanentes, sendo as mais relevantes referentes a reclassificação de persianas (R\$ 105.760,22), além da baixa de bens imóveis de uso especial no SPIUNET para correção de lançamentos que haviam sido efetuados em duplicidade (1.523.165,00).

3.4.7. Variações Patrimoniais Diminutivas Tributárias

Despesas relacionadas com impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições sociais, contribuições econômicas e contribuições especiais.

O principal motivo para a variação positiva de 215,36% neste grupo de VPD é que a partir do exercício de 2016 registrou-se as despesas com a contribuição para a iluminação pública, separadamente das despesas com energia elétrica.

3.4.8. Outras Variações Patrimoniais Diminutivas

São as VPD's relacionadas a incentivos a educação, restituições e indenizações diversas.

O principal item deste grupo de despesas refere-se às bolsas de estudos e auxílios econômicos/ financeiros concedidas aos estudantes da Universidade.

O incentivo aos estudantes contribuiu com 8% no total das despesas da UFFS 2016 e registrou aumento de 23,30% em 2016 comparado a 2015.

3.5. Balanço Orçamentário

Regulamentado pela lei 4.320/64, o Balanço Orçamentário é a demonstração contábil que discrimina e confronta o saldo das contas de receitas e despesas orçamentárias, comparando as parcelas previstas e fixadas com as executadas.

3.5.1. Receitas Orçamentárias

A integralidade das receitas orçamentárias da UFFS é composta de receitas correntes. A realização das receitas orçamentárias em 2016 foi de 63,92% da previsão.

3.5.1.1. Frustração de arrecadação de Receitas

O principal motivo da frustração de receitas previstas no orçamento do exercício 2016 foi a alteração na forma de contratação de prestador de serviços de fornecimento de refeições nos Restaurantes Universitários. A previsão da receita baseou-se na arrecadação, pelo prestador de serviços, dos valores das refeições e posterior repasse para a UFFS. Porém no início de 2016 a forma de contratação dos serviços dos RU foi alterada e as receitas deixaram de ser arrecadas, motivo pelo qual há relevante diferença entre a previsão e realização de receitas correntes.

3.5.2. Despesas Orçamentárias

Desmembradas em despesas correntes e despesas de capital.

As despesas correntes executadas em 2016 representaram 87,76% e as despesas de capital 12,24% do total das despesas.

Já na execução em relação à fixação, as despesas correntes foram executadas 101,26% e as despesas de capital 65,03%. Ressalta-se que a execução de 1,26% além da fixação orçamentária é decorrente da execução de créditos orçamentários descentralizados de outros órgãos da administração pública federal. Por sua vez, a execução de 65,03% das despesas de capital previstas, ocorreu em razão de contingenciamento por cortes de limites para empenho.

3.5.3. Movimentação de créditos orçamentários

A movimentação de créditos orçamentários ocorre quando uma unidade orçamentária ou administrativa transfere para outra o poder de utilizar créditos orçamentários que estejam sob a sua supervisão, ou lhe tenham sido dotados ou transferidos.

A UFFS recebeu créditos orçamentários de órgãos da administração pública federal por destaque no valor de R\$ 14.626.552,13 o que representa 5,78% da dotação atualizada de 2016.

Por sua vez, a UFFS descentralizou R\$ 26.978,27 para pagamento de encargos de cursos e concursos a servidores de outros órgão que trabalharam na realização de concursos.

3.5.4. Economia de Despesas Oriunda de Contingenciamento

A execução das despesas de capital foram contingenciadas em 34,97%, o que gerou economia de R\$ 15.778.408,70.

3.5.5. Itens de variação relevante na planilha de revisão analítica

O item “restituições” apresenta realização de 34.875,07%. Observando-se o relatório gerado pelo Tesouro Gerencial a natureza de receita 19220611 – Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores verifica-se realização de R\$ 429.971,71, porém na previsão orçamentária inicial e na previsão orçamentária atualizada das receitas do exercício de 2016, este item não está contemplado.

Outro item de relevante variação entre a previsão e execução é o de multas administrativas, contratuais e judiciais. Neste item está previsto o recebimento de valores relativos à multas referentes à penalizações por descumprimento de contratos. Considerando a impossibilidade de previsão de descumprimento de cláusulas contratuais, a precisão na previsão da receita restou prejudicada.

3.5.6. Restos a Pagar

São despesas empenhadas, mas não pagas até 31 de dezembro.

3.5.6.1. Restos a Pagar Processados.

Entende-se por Restos a Pagar de *Despesas Processadas* aqueles cujo empenho foi entregue ao credor, que por sua vez já forneceu o material, prestou o serviço ou executou a

obra, e a despesa foi considerada liquidada, estando apta ao pagamento. Nesta fase a despesa processou-se até a liquidação e em termos orçamentários foi considerada realizada, faltando apenas à entrega dos recursos através do pagamento.

Em 31/12/2016 realizou-se inscrição de R\$ 8.436.771,50 em restos a pagar processados. Esta inscrição refere-se a folha de pagamento, a qual foi liquidada em 30/12/2016 e o respectivo pagamento ocorreu na data de 02/01/2017.

3.5.6.2. Restos a Pagar Não Processados

Já os Restos a Pagar de *Despesa Não Processada* são aqueles cujo empenho foi legalmente emitido, mas depende ainda da fase de liquidação, isto é, o empenho foi emitido, porém o objeto adquirido ainda não foi entregue e depende de algum fator para sua regular liquidação; do ponto de vista do Sistema Orçamentário de escrituração contábil, a despesa não está devidamente processada.

Partindo para a análise do relatório extraído do sistema Tesouro Gerencial, observa-se que do total de restos a pagar não processados existentes em 2016, 79,30% originaram-se do orçamento do exercício de 2015 e 20,70% referem-se a orçamentos dos exercícios anteriores a 2015. Do montante de restos a pagar não processados existentes em 2016, 11,99% foram cancelados, 76% foram liquidados e pagos, remanescendo saldo de 12,01% a processar.

Por fim, os empenhos emitidos e não liquidados em 2016, no montante de R\$ 33.323.815,77, foram indicados pelo Ordenador de Despesas para a inscrição em restos a pagar, cuja execução será processada no exercício 2017 e seguintes.

3.6. Balanço Financeiro

Demonstrativo contábil em que se confrontam num dado momento, as receitas e despesas orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra-orçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.

3.6.1. Recebimentos extraorçamentários x total dos ingressos:

A análise da revisão analítica do Balanço Financeiro referente ao 4o. trimestre de 2016 permite visualizar que do total de ingressos, 14,77% referem-se a recebimentos extraorçamentários. Estes recebimentos são referentes a inscrição de restos a pagar não processados e restos a pagar processados, sendo que a evolução positiva (aumento) de 33,50%.

3.6.2. Despesas extraorçamentárias x total de dispêndios

São as despesas realizadas com o pagamento de restos a pagar processados e não processados. Na comparação entre os períodos ora analisados, estas despesas tiveram decréscimo de 23,41% e perfazem 11,11% do total de dispêndios.

3.6.3. Receitas orçamentárias x total dos ingressos

Do total de ingressos, as receitas orçamentárias representam apenas 0,52% e entre os exercícios 2015 e 2016 tiveram evolução de 18,04%.

3.6.4. Despesas orçamentárias x total dos dispêndios

As despesas orçamentárias são as que representam o maior volume de despesas da UFFS. Tem participação de 84,80% no total de dispêndios e a evolução de um período para o outro foi uma evolução de 9,06%.

3.6.5. Transferências financeiras recebidas x total de ingressos

Os repasses recebidos para execução do orçamento e para pagamentos de restos a pagar, bem como a movimentação de saldos patrimoniais representam o maior volume de receita da Instituição UFFS, sendo que perfazem 83,30% de todos os ingressos e as mesmas tiveram discreta evolução de 2015 para 2016 de 1,69%.

3.6.6. Saldo do exercício anterior

A conta Caixa e Equivalentes de Caixa apresentou diferença no saldo anterior de 380,18% entre os períodos 2015 e 2016. Já o saldo para o exercício seguinte resta maior em 2016 em 178,83% daquele existente em 2015, explicado pelo repasse de recursos financeiros no dia 30/12/2016 para a folha de pagamento, a qual foi efetivamente paga na data de 02/01/2017, remanescendo saldo na conta Caixa e Equivalentes de Caixa, ao final do exercício, em volume superior ao normal.

3.7. Demonstração do Fluxo de Caixa

A Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) indica quais foram as saídas e entradas de caixa ou equivalente de caixa durante o período e o resultado desse fluxo. Reflete as

transações de caixa ou equivalente de caixa das atividades operacionais, das atividades de investimento e das atividades de financiamento.

O fluxo de caixa das operações compreende os ingressos decorrentes de receitas originárias (do patrimônio) e derivadas (provenientes de tributos e multas), e os desembolsos estão relacionados com a ação pública e os demais fluxos que não se qualificam como de investimento ou financiamento.

O fluxo de caixa dos investimentos inclui os recursos relacionados à aquisição e à alienação de ativos não circulantes, bem como recebimentos em dinheiro por liquidação de adiantamentos ou amortização de empréstimos concedidos e outras operações da mesma natureza.

O fluxo de caixa dos financiamentos inclui os recursos relacionados à captação e à amortização de empréstimos e financiamentos.

3.7.1. Fluxo de Caixa das Atividades das Operações

3.7.1.1. Ingressos

A totalidade dos ingressos são originários das atividades das operações da Instituição. A evolução dos ingressos entre os exercícios 2015 e 2016 mostra-se estável com aumento discreto de 1,77%.

Com relação a natureza das receitas que originaram os ingressos:

- a) A receita patrimonial refere-se ao recebimento de alugueis,
- b) A receita de serviços diz respeito a serviços de alimentação (1,49%) e taxa de inscrição em concurso público (98,51%),
- c) As outras receitas derivadas e originárias dizem respeito a ingressos com multas administrativas aplicadas por descumprimento de contratos (56,12%) e devolução de despesas de exercícios anteriores (43,88%).

Considerando a natureza jurídica autárquica da UFFS, dependente do orçamento federal para o desenvolvimento de suas atividades, os ingressos demonstrados na DFC de maior importância são originados das transferências financeiras recebidas da União, as quais representam 99,38% do total de ingressos.

Em 2016 a UFFS não registrou receitas originárias das atividades de investimento e nem receitas originárias das atividades de financiamento.

3.7.1.2. Desembolsos

3.7.1.2.1. Pessoal e demais despesas

De plano observa-se que a função de governo “educação” é a que agrega o montante maior de desembolsos. Cabe explicar que a “função de governo” é o maior nível de agregação das diversas áreas de atuação do setor público, portanto, considerando-se a missão da UFFS de assegurar o acesso à educação superior, desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão, é a função educação a principal, a qual soma 85,30% do total de desembolsos no exercício 2016. As despesas com pessoal e encargos são os desembolsos de maior relevância desta função, seguido das despesas gerais de custeio.

A evolução dos desembolsos com pessoal e demais despesas do exercício 2015 para o exercício 2016 foi de 9,34%, decorrente dos ajustes inflacionários, reposições salariais e progressões por mérito e capacitação do pessoal, bem como aumentos de preços de mercadorias, materiais e serviços.

Com relação a função de governo “Cultura”, trata-se de desembolsos referentes ao projeto “Terra e Arte”, com recursos descentralizados da Secretaria de Fomento e Incentivo a Cultura do Ministério da Cultura.

A função de governo “Direitos da Cidadania” apresenta significativa variação de um período para o outro de 2.788,43%. Explica-se pela essa variação pela execução do projeto “Implantação do Centro Regional de Referência para Formação em Políticas sobre Drogas – CCR” no valor de R\$ 137.489,74, enquanto que em 2015 o desembolso de valores na função em tela foi de apenas R\$ 4.760,01.

Os desembolsos com a função de governo “Organização Agrária” demonstram incremento de 35,93% em 2016 comparado a 2015 e referem-se a recursos descentralizados do Ministério do Desenvolvimento Agrário para execução de projetos relacionados à agricultura familiar e ao desenvolvimento agrário.

3.7.1.2.2. Transferências concedidas

São transferências intragovernamentais da esfera federal e referem-se, em grande parte (99,92%), ao recolhimento da cota patronal sobre a folha de pagamento para o regime próprio e para o regime geral de previdência social. A evolução entre os exercícios 2015/2016 das transferências concedidas foi positiva de 13,23%, acompanhando os reajustes e evolução dos valores da folha de pagamento.

3.7.1.2.3. Outros desembolsos das operações

Incluem-se neste grupo os desembolsos com devolução de despesas de exercícios anteriores (83,31%), as quais são arrecadadas e automaticamente transferidas para a Conta Única do Tesouro, devolução de recursos recebidos a maior (10,59%), descentralizações para pagamento de servidores que trabalharam em bancas de concursos públicos e outros.

A evolução deste grupo de desembolsos entre os períodos 2015/2016 foi de 143,56%, e destaca-se a transferência financeira concedida (transferência para a conta única do Tesouro), a qual mostra evolução de 208,37% devido ao aumento substancial na devolução, em 2016, de despesas de exercícios anteriores pela empresa Softplan Planejamento e Sistemas Ltda e pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária – FAPEU, referentes a valores pagos a estas, mas que os respectivos serviços não foram executados.

3.7.2. Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos

3.7.2.1. Ingressos

Não foram registrados ingressos das atividades de investimentos no exercício 2016.

3.7.2.2. Desembolsos

Os desembolsos afetos às atividades de investimentos são aqueles realizados para aquisição de bens permanentes, móveis e imóveis utilizados na consecução das finalidades da UFFS.

O desembolso com aquisições de bens permanentes decresceu 45,34% em 2016 comparado a 2015. Explica-se esta redução pelo contingenciamento de despesas decorrente do cenário econômico e também pela redução e estabilização das aquisições de ativos permanentes, considerando-se as aquisições já realizadas para o pleno funcionamento das atividades da instituição.

Os “outros desembolsos de investimentos” referem-se a aquisição de softwares.

3.7.3. Geração Líquida de Caixa

Considerando-se as características da UFFS como prestadora de serviços típicos de Estado, a geração líquida de caixa depende do repasse de recursos financeiros pelo Ministério da Educação e não das suas atividades, o que em tese, tende ao equilíbrio entre ingressos e desembolsos.

Cabe observar que os recursos financeiros repassados em 30/12/2016 para a folha de pagamento foram utilizados na data de 02/01/2017, fato que impactou o saldo final de

caixa e a geração líquida de caixa de 2016. A evolução de 125,87% mostrada na DFC reflete o fato descrito acima descrito.

4. Informações Complementares

4.1. Obrigações Contratuais

Na data base 31/12/2016 a UFFS possui registrado o valor de R\$ 29.943.173,35 em obrigações contratuais. 56,12% das obrigações contratuais são relativas a obras em andamento, 6,03% referentes a compra de material permanente, 4,14% referem-se a aquisição de livros e os demais 33,71% são contratações que envolvem despesas de custeio.

A principal obrigação contratual, com saldo em 31/12/2016 de R\$ 13.563.167,36 a executar, a qual corresponde a 45,30% do total contratado é o contrato n°. 44/2016 com a empresa Paloma Construções para construção do Bloco A, incluindo urbanização e pavimentação, do Campus de Passo Fundo/RS.

4.2. Provisões

Em 31/12/2016, a Universidade Federal da Fronteira Sul apresentou um saldo de R\$ 0,00 relacionados a provisões uma vez que ainda não há procedimento e sistemática para gestão de riscos e quantificação de passivos contingentes formalizados, o qual deverá ser implantado no decorrer do exercício corrente.

Chapecó/SC, 31 de dezembro de 2016.

Jaime Giolo
Reitor da Universidade Federal da Fronteira Sul

Charles Albino Schultz
Pró-Reitor de Planejamento

Vilson Genesio Schuck
Contador CRCSC – 023.771/O-9